



CONTROVÉRSIAS SOBRE A ECONOMIA DO SUL DA BAHIA: UMA ANÁLISE EVOLUTIVA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO A PARTIR DA CRISE DO CACAU NOS ANOS 1980

GT 1 – Economia Regional e Baiana

Elson Cedro Mira¹

RESUMO

Este *paper* faz uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento dos municípios do sul da Bahia, região que seguia uma trajetória de prosperidade econômica baseada na monocultura do cacau e que é interrompida em fins dos anos 1980 com a crise desta cultura agrícola. A partir de uma queda substancial na renda e no emprego resultante deste contexto, a literatura econômica tem defendido a tese de que as condições de vida da população regional ainda não melhoraram na contemporaneidade, continuando abaixo daquelas vivenciadas na época áurea do cacau. Analisando dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus subíndices (IDHM_E, IDHM_L e IDHM_R), este *paper* conclui que todos os municípios da área em estudo avançaram nos níveis de Desenvolvimento Humano, contrariando a idéia de que as condições de vida de sua população hoje são piores que sob a égide do cacau.

Palavras-chave: Desenvolvimento. IDHM. Cacau. Serviços. Sul da Bahia.

1. INTRODUÇÃO

A região sul da Bahia tem sido um objeto fértil para a ciência econômica, sobretudo a partir da crise que abalou a monocultura cacaueira em fins dos anos 1980. Dentre os vários programas de pesquisa desenvolvidos sobre o assunto, destacam-se aqueles que analisam a eventual piora nas condições de vida da população, que supostamente ainda estaria vigente.

A queda abrupta nos níveis de renda e emprego teria comprometido as condições de desenvolvimento da população sul baiana como um todo. O não restabelecimento de tais condições tem pautado o discurso sobre o soerguimento da economia cacaueira que cumpriria o papel protagonista de responder pelo desenvolvimento da população regional.

Neste sentido, este *paper* tem como problema de pesquisa analisar se a população dos municípios do sul da Bahia tem, na contemporaneidade, condições piores de desenvolvimento quando comparado ao período da época áurea do cacau. Para tal, como tem ocorrido no debate sobre desenvolvimento no bojo da ciência econômica, busca-se ampliar a análise além das medidas puramente econômicas. Neste sentido, recorre-se ao Índice de Desenvolvimento

¹ Economista (UESC), Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: elson@uesc.br

Humano (IDH) calculado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Por analisar esferas municipais, utiliza-se do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), calculado pelo Governo Brasileiro para fazer uma análise equivalente voltada aos municípios. O aporte teórico é aquele voltado ao Desenvolvimento Humano que dá base ao referido índice.

Diante do exposto, o objetivo deste *paper* é analisar a evolução do IDHM e de cada um dos seus subíndices nos municípios do sul da Bahia, considerando os dados de 1991, 2000 e 2010. Metodologicamente, a pesquisa utiliza-se da estatística descritiva, apresentando figuras e quadros, além de medidas de posição, como média, mínimo e máximo. Faz-se uso do método comparativo, analisando-se comparativamente dados dos diferentes anos.

Além desta Introdução (seção I) e da Conclusão (seção V), há outras três seções. A seção II apresenta a formação econômica do sul da Bahia, culminando na consolidação do cacau enquanto monocultura, sua crise em fins dos anos 1980 até a sua organização econômica contemporânea. A seção III analisa de forma evolutiva e comparativa o IDHM e seus subíndices nos municípios do sul da Bahia. A seção IV reflete sobre os resultados encontrados, estabelecendo possíveis explicações ao comportamento dos mesmos.

2. ECONOMIA DO SUL DA BAHIA: FORMAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

O sul da Bahia tem uma posição de destaque desde o início da historiografia brasileira, dada a presença das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. No campo econômico esta área geográfica se destaca com a introdução do cacau, em 1746, na Fazenda Cubículo, município de Canavieiras (SILVA, 1997, p.3). Segundo Costa (2012) a produção de cacau se consolida a partir do Século XIX e, “à medida que ia se convertendo em lavoura organizada, a sua evolução caracterizar-se-á através do próprio crescimento econômico, dos tipos sociais, da divisão e do assalariamento do trabalho” (p. 1). As altas taxas de lucratividade legaram ao cacau, no seu apogeu, a condição de monocultura no sul da Bahia, respondendo por fatia substancial das receitas de todo o Estado.

Ao se estabelecer como vetor econômico, a produção de cacau se amplia geograficamente, expandindo a fronteira agrícola por grande parte do Estado da Bahia, tendo sempre como referência sua região sul, mesmo em locais cujas condições edafoclimáticas não eram tão semelhantes àqueles encontradas em municípios como Canavieiras e Ilhéus. A Figura 1 ilustra o processo de expansão da produção de cacau na Bahia ao longo do tempo.

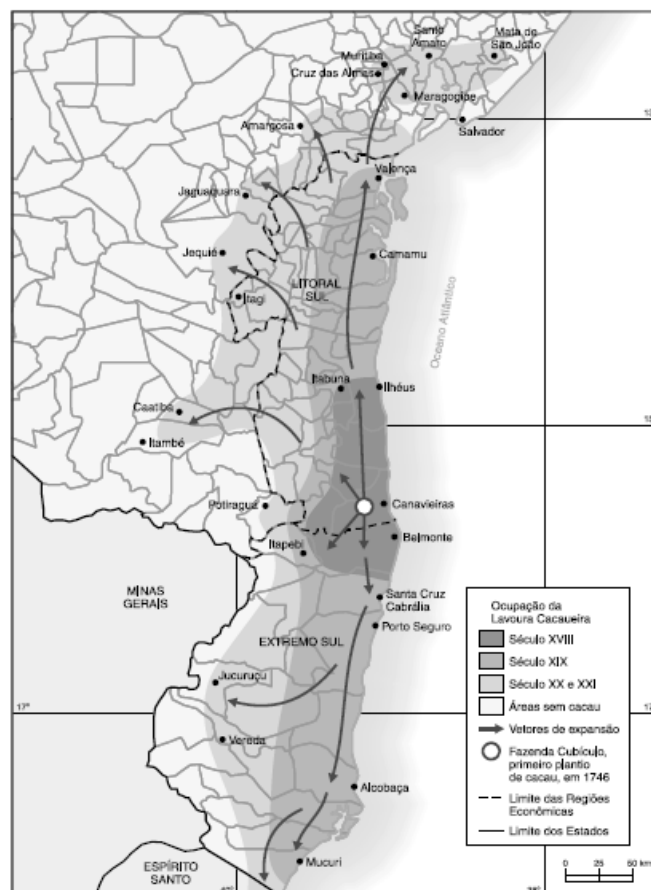


Figura 1 – Expansão da lavoura cacauêira no estado da Bahia, séculos XVIII - XXI
 Fonte: Nascimento; Dominguez; Silva (2009).

Mesmo diante desta expansão geográfica da produção de cacau, é possível concluir a partir da literatura pertinente² que a região cacauêira da Bahia, na divisão territorial atualmente utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compreende a Mesorregião Sul Baiano (MSB) que, por sua vez, é composta pelas microrregiões Ilhéus-Itabuna (MII), Valença (MVA) e Porto Seguro (MPS). Os setenta municípios da MSB estão descritos no Quadro 1, onde estão classificados conforme cada uma de suas microrregiões: MII – 41 municípios; MVA – 10 municípios; e MPS – 19 municípios.

A dimensão geográfica e os altos níveis de produção e lucros tornaram o cacau – e o sul da Bahia – reconhecidos internacionalmente como um poderoso império econômico. Nascimento; Dominguez; Silva (2009, p. 14) destacam que

Já em 1953, tal era a pujança da lavoura cacauêira na região que existiam, na cidade de Canavieiras, escritórios de importantes empresas que compravam o cacau, como a Chadler S/A, Spregelberg e Cia., Brandão & Filhos, Wildberger S/A e Manuel Joaquim de Carvalho & Cia. Ltda.

² Como, por exemplo, Asmar (1985) e Adonias Filho (1976).

Quadro 1 – Municípios da mesorregião sul baiano classificados por microrregiões - 2010

Microrregião Ilhéus-Itabuna		Microrregião Valença	Microrregião Porto Seguro
Almadina	Itagibá	Cairu	Alcobaça
Arataca	Itaju do Colônia		Caravelas
Aurelino Leal	Itajuípe	Camamu	Eunápolis
Barra do Rocha	Itamari		Guaratinga
Barro Preto	Itapé	Igrapiúna	Ibirapuã
Belmonte	Itapebi		Itabela
Buerarema	Itapitanga	Ituberá	Itagimirim
Camacan	Jussari		Itamaraju
Canavieiras	Mascote	Maraú	Itanhém
Coaraci	Nova Ibiá		Jucuruçu
Firmino Alves	Pau Brasil	Nilo Peçanha	Lajedão
Floresta Azul	Santa Cruz da Vitória		Medeiros Neto
Gandu	Santa Luzia	Pirai do Norte	Mucuri
Gongogi	São José da Vitória		Nova Viçosa
Ibicaraí	Teolândia	Presidente Tancredo Neves	Porto Seguro
Ibirapitanga	Ubaitaba		Prado
Ibirataia	Ubatã	Taperoá	Santa Cruz Cabralia
Ilhéus	Una		Teixeira de Freitas
Ipiaú	Uruçuca	Valença	Vereda
Itabuna	Wenceslau		
Itacaré	Guimarães		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados no IBGE.

Noia (2011, p. 40) destaca que numa época áurea da produção de cacau “a cidade do Rio de Janeiro serviu como inspiração para instaurar a modernidade em Ilhéus”. A mesma autora, citando Santos (2010, p. 228) trás o seguinte relato:

Ao longo do século XX, símbolos dessa riqueza poderiam ser vistos na iluminação pública da cidade, cujos postes foram importados da Inglaterra, bem como as pedras que pavimentam algumas de suas ruas centrais (nas primeiras décadas do século Ilhéus abrigava um vice-consulado britânico). Mas o consumo perdulário e a ostentação eram percebidos com maior intensidade nas atitudes das famílias tradicionais, com a exibição de pianos de cauda inclusive em casas de fazenda ou compra de apartamentos de “veraneio” em Paris ou mesmo em Tóquio, como relataram alguns informantes.

Freitas (1979, p. 36) também ilustra a opulência da economia cacaeira:

Não importava o custo de vida, pois se consumia champanha francesa nos bares como aperitivo. Os cafés e confeitarias eram procurados de maneira intensa e os hotéis e pensões estavam sempre lotados. [...] Aparecem os supérfluos na pauta de importação do Porto de Ilhéus, começa-se a esbanjar com o sentido de afirmar uma posição econômica privilegiada dentro do Estado.

Mas a evolução da economia cacaeira no sul da Bahia não ocorreu sem sobressaltos. Houve crises periódicas³, sendo a última iniciada em fins dos anos 1980 e que perdura até a

³ Adonias Filho (1976), Costa (2002) e Rocha (2008) são exemplos de trabalhos que descrevem e analisam tais crises.

contemporaneidade. Baixos preços internacionais e o surgimento da praga *crinipelis perniciosa* (conhecida popularmente como “vassoura de bruxa”) legaram um estado de penúria à economia cacaujeira da Bahia. Os dados da Figura 2 expressam a queda na produção de cacau com a crise de fins dos anos 1980. CEPLAC (2009, p.9) destacando dados que “...refletem a perda de importância do cacau para a economia do Estado e do Brasil” cita que

nessa situação, ocorreu forte depressão nas exportações de cacau porque grande parte da produção destinou-se ao mercado interno. As exportações de cacau e derivados da Bahia, que em 1990 corresponderam a 20,71% do total do Estado, passaram a 5,11 % no ano 2000. Já as exportações de cacau do Brasil que em 1990 correspondiam 1,16 % do total das exportações do país, passaram a 0,29 % em 2000 (IBIDEM)

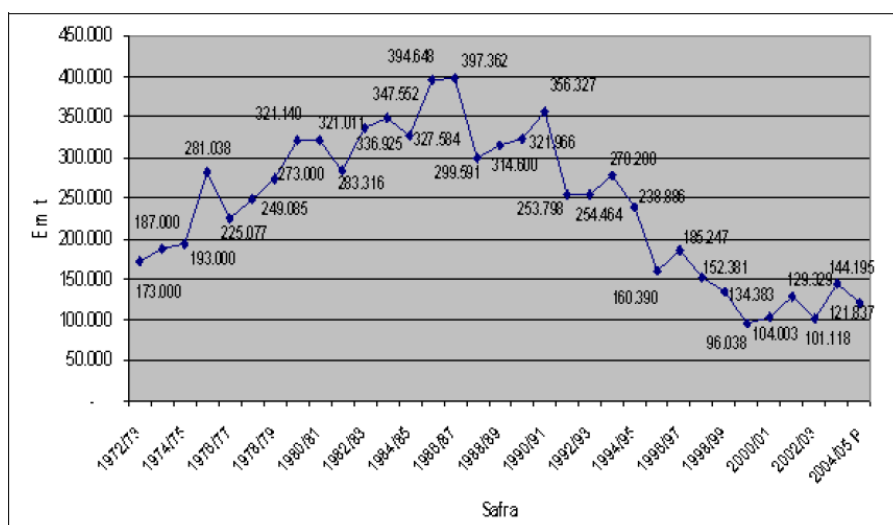


Figura 2 – Produção Baiana de Cacau e respectivos valores de safra
Fonte: Noia (2011, p. 46)

Importante reconhecer na Figura 2 que a safra 1990/91 é a última que se mantém no patamar que historicamente vigia. A partir da safra seguinte a produção inicia o processo declinante característico da crise.

Rocha (2008, p. 76) infere que “as conseqüências desse quadro foram um intenso êxodo rural, degradação dos recursos naturais renováveis, desvalorização patrimonial, endividamento dos produtores e empobrecimento da população regional”. Costa (2012) reflete sobre o assunto e demonstra uma queda na população regional.

Estival (2013, p. 33) cita que com a crise da cacauicultura em fins dos anos 1980,

A região [sul da Bahia] passou a viver um forte processo de empobrecimento e miséria. As populações sofreram de forma drástica os efeitos da crise do cacau. Os postos de trabalho nas lavouras desapareceram, surgiu o desemprego e o excedente econômico tornou-se inexpressivo. Fazendas que possuíam inúmeras vilas de operários liberaram essa mão de obra, que acabou seguindo para os centros urbanos.

Diante deste quadro “muitas pessoas enfrentaram dificuldades extremas por falta de trabalho nas fazendas, inflando assim, as favelas dos centros urbanos de cidades como Itabuna

e Ilhéus” (RODRIGUES e VITTE, 2010, p. 5). Desta forma “a partir de 1989, manifesta-se um novo desafio para a cacauicultura baiana” (CEPLAC, 2009, p. 27). Um desafio maior que aqueles vigentes em crises anteriores e que ainda não foi vencido.

É importante destacar que quando a prosperidade imperava havia uma concentração extrema de renda. Rocha (2008, p. 51), analisando a época áurea do cacau, destaca que “a Região Cacaueira do Sul da Bahia é um dos espaços mais importantes da dinâmica capitalista, na qual se manifesta claramente a força do capital na construção de uma sociedade desigual, com acentuado desnível entre ricos e pobres”. Santana (2013, p.2), enveredando no mesmo sentido cita que “o êxito econômico da lavoura cacaueira [no sul da Bahia] notadamente nunca se fez acompanhar de uma distribuição equânime da riqueza [...], projetando marca de extrema desigualdade social”.

Parte substancial desta concentração de renda se deve ao não desenvolvimento de outros vetores econômicos, diante de uma freqüente evasão de renda. Isto porque

o cacau [...] formou uma burguesia representada pelos exportadores, banqueiros, comerciantes e grandes produtores, que equivocadamente aplicaram seus excedentes em atividades fora do Estado e da Região ou em setores, que a reprodução não proporcionou os resultados almejados como alavancadores do crescimento da economia regional (COSTA, 2012, p. 64).

O resultado, em famosa frase cunhada por Asmar (1985) foi uma “pobre região rica”.

O mesmo autor cita Adeum Sauer, para quem

a contradição básica se localiza entre o valor substancial das rendas geradas pelo cacau, em contrapartida com os poucos benefícios regionais, em termos de indicadores de desenvolvimento social como infraestrutura em educação, saúde, habitação, comunicação e outras necessidades da população, [...] [havendo] uma histórica concentração da riqueza e do poder, além da mentalidade colonialista destas elites culpadas pela evasão da renda regional (ASMAR, 1985, p. 36).

A despeito da onipresença desta desigualdade na literatura especializada, é possível concluir que a mesma marcou a economia cacaueira tanto quanto sua opulência.

Diante desta exposição, considerando a reversão no quadro econômico, de um cenário extremamente abastado para outro diametralmente oposto, seria de se imaginar que houvesse uma piora nos níveis de desenvolvimento dos municípios do sul da Bahia. Mas por outro lado, como se viu, mesmo quanto a economia cacaueira alcançou seu apogeu no sul da Bahia ela não conseguiu disseminar tais efeitos para o conjunto da sociedade. Como evoluíram, então, os níveis de desenvolvimento dos municípios sul baianos a partir da crise do cacau nos anos 1980?

Este questionamento ganha relevância quando se verifica que o sul da Bahia, em especial a Microrregião Ilhéus-Itabuna, alcançou o soerguimento econômico a partir da

diversificação de sua base produtiva, num processo capitaneado pelo setor terciário. Mira (2013) analisando tal soerguimento demonstra que:

- No período 1999-2009 o PIB nominal total dos municípios da Microrregião Ilhéus-Itabuna cresceu, em média, 214%, e seu equivalente per capita cresceu em média 228%, enquanto o IPCA variou em igual período 90%. Houve crescimento econômico real na referida microrregião e em cada um dos seus 41 municípios;
- O PIB da outrora região cacauera da Bahia (Mesorregião sul baiano) está concentrado no setor terciário, especialmente na MII, sendo este o setor responsável pelo dinamismo econômico atual;
- A produção primária, não tem relevância econômica para o produto agregado regional e responde por uma pequena fatia da demanda por mão-de-obra local;

Isto posto, terão os municípios do sul da Bahia um nível de desenvolvimento na contemporaneidade menor que aqueles verificados quando sua base econômica era o cacau? A resposta é apresentada na próxima seção.

3. A EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS MUNICÍPIOS DO SUL DA BAHIA

A busca por melhorias nas condições de vida da sociedade é intrínseca ao surgimento da economia enquanto ciência. Este é o objetivo a ser alcançado, especialmente pela Economia Política, ainda que por caminhos diferentes que vão desde a liberdade extrema de Smith, que geraria a riqueza de uma nação, à socialização da propriedade em Marx – que acabaria com a mais valia.

Mira (2011, p.2) enfatiza que a consolidação da chamada ortodoxia econômica com *mainstream* estabeleceu uma lógica “de causalidade natural entre crescimento (aumento do PIB per capita) e desenvolvimento (reversão do crescimento em melhores condições de vida da população)”. Santana (2013, p 29) destaca que

A Disciplina Desenvolvimento Econômico – ainda não era propriamente uma disciplina - obteve papel de destaque no meio acadêmico [somente] após a segunda guerra, pois pretendia tratar de uma questão então “nova” e estimulante: a questão do subdesenvolvimento em determinadas regiões e suas formas de se alcançar o desenvolvimento econômico.

Sob a mesma ótica, Martins (2010, p. 18) destaca que “de fato, o uso do termo até o período entre guerras costumava denotar, num contexto colonial, o ‘desenvolvimento ou

exploração de recursos naturais’ e não possuía qualquer relação com a melhoria do bem-estar social”. No mesmo trabalho a referida autora cita que

a partir dos anos 60 e 70, esta perspectiva começou a ser questionada, especialmente diante da observação de que o crescimento acelerado ocorrido em alguns países não vinha acompanhado de redistribuição de renda, aumento dos índices de emprego ou alteração nas condições de vida da maior parte da população (TODARO; SMITH, 2009, p. 15). Progressivamente, a própria definição de desenvolvimento passou a ser questionada e a pesquisa nesta área foi ampliada para outros campos das ciências sociais, não estando mais restrita a análises puramente econômicas (p. 9).⁴

Dentre as várias contribuições ao conceito de desenvolvimento à economia uma das mais relevantes foi feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo PNUD (2013) o IDH foi

criado em 1990 [...]. O fator inovador do IDH foi a criação de um índice sintético com o objetivo de servir como uma referência para o nível de desenvolvimento humano de uma determinada localidade. O índice varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo). A composição do IDH compreende indicadores de saúde, educação e renda, pois assume que, para viver vidas que desejam, as pessoas precisam pelo menos ter a possibilidade de levar uma vida longa e saudável, acesso a conhecimento e a oportunidade de desfrutar de um padrão de vida digno (p.1).

O caráter sintético do IDH logo o transformou em referência para análises, inclusive comparativas. Buscando ampliar a análise a níveis mais locais, foi criado no Brasil o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) “para aferir o nível de desenvolvimento humano dos municípios, as dimensões são as mesmas do IDH Global – longevidade, educação e renda –, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. O IDHM também varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo)” (PNUD, 2013, p. 1).

Quadro 2 - Equivalências e diferenças entre o IDH e o IDHM

ÍNDICE	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO		RENDAS
		População adulta	População jovem	
IDHM BRASIL	Esperança de vida ao nascer	18+ com fundamental completo	% 5-6 na escola . % 11-13 nos anos finais do fundamental . % 15-17 c/ fundamental completo . % 18-20 c/ médio completo	Renda mensal per capita (em R\$ ago/2010)
IDH GLOBAL	Esperança de vida ao nascer	Média de anos de estudo de 25+	Anos Esperados de Estudos	Renda Média Nacional per capita (US\$ ppp2005)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados em PNUD (2013, p. 2)

⁴ Maiores detalhes sobre as diferentes acepções de Desenvolvimento podem ser encontrados em Souza (2005) e Mira (2011)

Diante do exposto é clara a impossibilidade de se fazer comparações entre IDH e IDHM, ainda que suas dimensões (longevidade, acesso à educação formal e renda) sejam as mesmas. Isto porque os indicadores utilizados não são os mesmos para ambos os índices.

O cálculo do IDHM do Brasil – e dos Estados – serve apenas para avaliar o desempenho dos municípios em comparação consigo mesmos, com as médias nacionais e estaduais, e **não pode ser comparado com o IDH de outros países**. (PNUD, 2013, p. 3).

No que tange o cálculo do IDHM, é importante destacar que suas três dimensões têm o mesmo peso. Ainda no campo metodológico, mas agora relacionado a este *paper*, utilizou-se como base de dados o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do ano 2013. Nesta pesquisa são analisados o IDHM e seus subíndices abaixo relacionados e definidos.

Quadro 3 – Descrição dos índices utilizados nesta pesquisa

NOME	DEFINIÇÃO
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação (IDHM_E)	Índice sintético da dimensão Educação que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido através da média geométrica do subíndice de frequência de crianças e jovens à escola, com peso de 2/3, e do subíndice de escolaridade da população adulta, com peso de 1/3.
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Longevidade (IDHM_L)	Índice da dimensão Longevidade que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido a partir do indicador <i>Esperança de vida ao nascer</i> , através da fórmula: $[(\text{valor observado do indicador}) - (\text{valor mínimo})] / [(\text{valor máximo}) - (\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são 25 e 85 anos, respectivamente.
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Renda (IDHM_R)	Índice da dimensão Renda que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido a partir do indicador <i>Renda per capita</i> , através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{valor mínimo})] / [\ln(\text{valor máximo}) - \ln(\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são R\$ 8,00 e R\$ 4.033,00 (a preços de agosto de 2010).

Fonte: PNUD (2013)

Diante dos dados publicados em 2013 relativos aos anos de 1991, 2000 e 2010, procedeu-se análises estatísticas e evolutivas. Utilizou-se o método comparativo para verificar como comportou o Desenvolvimento (na forma do IDHM) nos municípios da Mesorregião Sul Baiano. O IDHM de 1991, primeiro da série, foi considerado como a expressão do Desenvolvimento dos municípios do sul da Bahia quando esta área geográfica tinha como base econômica o cacau. Afinal, como se verificou na Figura 2 a safra 1990/91 é a que antecede a queda abrupta na produção que vai caracterizar a crise. Desta forma, ainda que

alguns efeitos já fossem sentidos (especialmente no tocante a uma verificada redução no nível de preços do cacau), é lógico considerar que os níveis de renda, educação e expectativa de vida – dimensões do IDHM – eram, no referido ano, conformados pela economia cacaueira.

Isto posto, doravante considera-se que o IDHM de 1991 nos municípios do sul da Bahia representa o grau de Desenvolvimento resultante do cacau enquanto base econômica e os índices de 2000 uma fase de transição para o soerguimento e diversificação econômica melhor representados nos índices de 2010.

Para classificação e comparação do IDHM nos municípios do sul da Bahia considera-se a classificação definida por PNUD (2013), como descrito no Quadro 4.

Quadro 4 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal e respectivas classificações

FAIXA	CLASSIFICAÇÃO
$0 < \text{IDHM} \leq 0,499$	Muito baixo
$0,500 < \text{IDHM} \leq 0,599$	Baixo
$0,600 < \text{IDHM} \leq 0,699$	Médio
$0,700 < \text{IDHM} \leq 0,799$	Alto
$0,800 < \text{IDHM} \leq 1$	Muito alto

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados em PNUD (2013)

Feitos os esclarecimentos necessários, vejamos as classificações e evolução do IDHM nos municípios do sul da Bahia. De início, um dado marcante: no ano de 1991 todos os 70 municípios da Mesorregião Sul Baiano tinham IDHM “Muito Baixo”. A média do IDHM foi de 0,296. O menor índice (0,192) era do município Presidente Tancredo Neves (MVA) e o maior (0,453) de Itabuna (MII).

A dimensão com pior resultado na composição do IDHM no sul da Bahia em 1991 foi a Educação. O IDHM_E médio foi da ordem de 0,104. Os municípios de Presidente Tancredo Neves, com 0,033, e Itabuna, com 0,256, repetem, respectivamente, o pior e o melhor resultado. De outro lado o IDHM_L cumpriu o papel inverso ao IDHM_E ao puxar o IDHM para cima. O valor médio do IDHM_L foi de 0,577. Os municípios de Aurelino Leal e Barra do Rocha (ambos na MII) empataram com o pior resultado nesse subíndice (0,497) enquanto Ibirapuã (MPS) foi o destaque positivo com o valor máximo (0,665). Aqui, Presidente Tancredo Neves e Itabuna tiveram, respectivamente, 0,555 e 0,607.

No que tange a dimensão Renda, o valor médio do IDHM_R foi 0,456. O município de Lajedão (MPS) com 0,601 foi o destaque positivo e o município de Barro Preto (MII) com 0,356 foi o destaque negativo.

No ano de 2000 os índices já demonstram avanços. O IDHM médio sobe para 0,431. O valor mínimo chega a 0,334 em Pirai do Norte (MVA) que sucede Presidente Tancredo Neves neste posto. O valor máximo alcança 0,581 em Itabuna que mantém a liderança já assumida em 1991.

A Educação repete o desempenho de pior dimensão no IDM 2000. O IDHM_E médio é da ordem de 0,238. O mesmo Pirai do Norte tem o pior resultado (0,121) e Itabuna com um IDHM_E de 0,421 tem o melhor desempenho. O IDHM_L médio de 0,660 atenua o baixo nível do IDHM_E. Barra do Rocha (MII), com 0,570, e Itabuna com 0,733, respondem, respectivamente pelo pior e melhor resultados do IDHM_L.

A dimensão renda continua mantendo uma posição intermediária entre as outras duas e também melhora. O IDHM_R médio em 2000 é de 0,518. O menor índice, da ordem de 0,434, é o de Gongogi (MII) e o maior índice (0,636) é o da líder histórica Itabuna.

Importante nos dados de 2000 é que 6 municípios deixam a faixa de Desenvolvimento Humano “muito baixo”, passando para a faixa de Desenvolvimento “baixo”. São eles: Ilhéus e Itabuna (MII); Eunápolis, Medeiros Neto, Mucuri e Teixeira de Freitas (MPS). Estes avanços são justificados na medida em que determinados municípios cumprem o papel de pólos de serviços regionais (Ilhéus, Itabuna, Eunápolis e Teixeira de Freitas) ou por investimentos específicos (caso da indústria de celulose em Mucuri). Os outros 91% dos municípios continuam com Desenvolvimento Humano “muito baixo” em 2000.

O cenário em 2010 já é bastante alentador, especialmente se comparado a 1991 quando 100% dos municípios da MSB tinham Desenvolvimento Humano “muito baixo”. Em 2010 nenhum dos municípios pesquisados está na referida faixa. Dos 41 municípios da MII 30 (73%) estão na faixa de Desenvolvimento Humano “baixo”, 10 (24%) estão na faixa de Desenvolvimento Humano médio e 1 município (equivalente a 2%) está na faixa de Desenvolvimento Humano “Alto” – Itabuna, que segue a trajetória verificada.

Ainda considerando os dados de 2010, na MVA 7 municípios (70%) têm “baixo” Desenvolvimento Humano e 3 (30%) têm “médio” Desenvolvimento Humano. A MPS se destaca em 2010. Dos seus 19 municípios, 15 (79%) têm Desenvolvimento Humano “médio”. Os outros 4 (21%) têm Desenvolvimento Humano “baixo”.

O IDHM médio da MSB em 2010 é da ordem de 0,599. Pirai do Norte tem o pior resultado (0,533) e Itabuna (0,712) o melhor resultado. O IDHM_E continua tendo a pior contribuição dentre as três dimensões. Seu valor médio é de 0,472. Pirai do Norte (0,363) e Itabuna (0,643) repetem, respectivamente, o pior e o melhor resultado. Vide que os

municípios com pior e melhor IDHM_E repetem tais colocações no IDHM, demonstrando a influência desta dimensão no dado agregado.

No que tange o IDHM_L, seu valor médio em 2010 é de 0,764, mantendo a contribuição mais positiva dentre as três dimensões. São José da Vitória (MII) com 0,686 tem o pior desempenho e Itagimirim (MPS) o melhor desempenho com 0,821. Itabuna tem um IDHM_L em 2010 da ordem de 0,807, próximo ao líder.

Novamente a renda tem uma contribuição intermediária entre as três dimensões, com um valor médio de 0,597, um valor mínimo de 0,508 em Jucuruçu (MPS) e um máximo de 0,695 em Itabuna.

O Quadro 5 elenca os municípios que se destacam na análise. São aqueles que estão no rol dos 10 melhores ou piores nos anos de 1991 e/ou 2010. O quadro mostra a ordem que cada um destes municípios ocupa em ambos os anos.

Quadro 5 – Destaques da MSB no IDHM (1991 e 2000) – melhores e piores evoluções

DESTAQUES EM QUALQUER DOS ANOS (2010 OU 1991)	MUNICÍPIO	2010		1991		POSIÇÕES QUE AVANÇOU OU REGREDIU DE 1991 PARA 2010
		IDHM	ORDEM	IDHM	ORDEM	
POSITIVOS	ITABUNA	0,712	1	0,453	1	0
	ILHÉUS	0,690	2	0,389	3	1
	TEIXEIRA DE FREITAS	0,685	3	0,378	6	3
	EUNÁPOLIS	0,677	4	0,392	2	-2
	PORTO SEGURO	0,676	5	0,367	9	4
	IPIAÚ	0,670	6	0,362	10	4
	MUCURI	0,665	7	0,275	39	32
	NOVA VIÇOSA	0,654	8	0,318	24	16
	SANTA CRUZ CABRÁLIA	0,654	9	0,334	20	11
	ITANHÉM	0,637	10	0,346	15	5
	GANDU	0,632	12	0,380	5	-7
	LAJEDÃO	0,632	13	0,382	4	-9
	MEDEIROS NETO	0,625	17	0,374	8	-9
	VALENÇA	0,623	18	0,376	7	-11
NEGATIVOS	BARRO PRETO	0,602	29	0,226	64	35
	MASCOTE	0,581	42	0,208	68	26
	BARRA DO ROCHA	0,577	45	0,223	65	20
	IGRAPIÚNA	0,574	49	0,219	66	17
	ITAPEBI	0,572	50	0,218	67	17
	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	0,559	60	0,192	70	10
	GUARATINGA	0,558	61	0,253	54	-7
	IBIRAPITANGA	0,558	62	0,229	63	1
	FLORESTA AZUL	0,557	63	0,347	14	-49
	SANTA LUZIA	0,556	64	0,249	56	-8
	TEOLÂNDIA	0,555	65	0,268	46	-19
	NILO PEÇANHA	0,547	66	0,236	61	-5
	SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	0,546	67	0,246	58	-9
	WENCESLAU GUIMARÃES	0,544	68	0,230	62	-6
	JUCURUÇU	0,541	69	0,202	69	0
	PIRAÍ DO NORTE	0,533	70	0,270	44	-26

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de PNUD (2013)

Os grandes destaques em 2010 são Itabuna, que ocupa a primeira colocação nos dois anos analisados, Ilhéus, que conseguiu avançar da 3ª para a 2ª posição, Teixeira de Freitas, que avançando três posições ocupa a 3ª colocação e Eunápolis que, mesmo a despeito da

queda em duas posições, fica em 4º lugar. Estes municípios, como citado anteriormente, cumprem o papel de pólos regionais. Alguns municípios têm avanços substanciais. São exemplos: Barro Preto – 35 posições; Mucuri – 32; Mascote – 26. Barra do Rocha – 20. De outro lado, alguns municípios regrediram fortemente: Floresta Azul – caiu 49 posições; Pirai do Norte – caiu 26 posições; Teolândia – caiu 19 posições; e Valença – caiu 11 posições.

4. POSSÍVEIS EXPLICAÇÕES À MELHORA NOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A expressiva melhoria no IDHM dos municípios do sul da Bahia após a crise cacaueteira contraria a literatura dominante sobre o assunto e exige reflexões sobre o assunto.

Os municípios da área em análise tiveram desempenho positivo na evolução dos índices. Comparando o IDHM do ano de 2000 com aqueles do ano de 1991 houve crescimento em todos os municípios. Nenhum deles retrocedeu. O crescimento médio foi da ordem de 48%. Da mesma forma, se compararmos o IDHM 2010 de cada um dos 70 municípios com aqueles de 2000 o resultado é o mesmo: crescimento em todos eles. Aqui, o crescimento médio é da ordem de 41%. Se analisarmos comparativamente os índices de 2010 (último calculado) com aqueles vigentes em 1991 (período em que a economia ainda se baseava na monocultura cacaueteira) há um crescimento médio da ordem de 109%. O município de Presidente Tancredo Neves se destaca positivamente, tendo o maior crescimento (223%) na MVA e em toda a MSB. Na mesma MVA o menor crescimento foi em Valença (64%). Enquanto isso, Porto Seguro destaca negativamente ao ter o menor crescimento entre os 70 municípios analisados (45%). Na MPS o maior crescimento foi em Jucuruçu (168%).

Municípios que tiveram destaque anteriormente alcançaram os seguintes incrementos 2010/1991: Itabuna – 57% (o menor crescimento na MII que teve em Mascote o seu maior crescimento, com 179%); Ilhéus – 77%; Eunápolis – 73%; Teixeira de Freitas – 50%. Vide que não são os maiores incrementos. Sob a perspectiva do aumento percentual do IDHM entre 1991 e 2010, dentre os 70 municípios, estes ocupam, respectivamente, as posições 68ª, 52ª, 59ª e 69ª. São municípios que, a despeito de seu maior porte em relação aos demais, já tinham melhores condições de Desenvolvimento em 1991.

Como se vê, sob a égide do IDHM as condições relativas a Desenvolvimento no sul da Bahia melhoraram nas décadas de 1990 e 2000! Como estes dados referem-se ao índice agregado, torna-se relevante considerar cada uma de suas três dimensões constitutivas. Verificar a composição do índice.

Uma análise evolutiva da Educação através do subíndice IDHM_E repete os resultados do IDHM. Em todos os 70 municípios da MSB houve avanços na Educação seja comparando 2000 com 1991, seja comparando 2010 com 2000. Em nenhum município o IDHM_E retrocedeu! Entre 1991 e 2000 este índice cresceu, em média, 155%. Entre 2000 e 2010 o crescimento médio foi da ordem de 112%. E a comparação 2010/1991 resulta num crescimento médio de 448%. Como se verá no crescimento médio das demais dimensões, a educação cumpriu um importante papel no avanço do IDHM nos municípios do sul da Bahia. Suas médias de crescimento nos períodos analisados estão muito acima das outras dimensões.

Comparando os dados do IDHM_E de 2010 (último dado calculado) com os de 1991 (período em que a economia ainda se baseava na monocultura cacaueteira), o maior aumento nos municípios da MSB foi, novamente, no município de Presidente Tancredo Neves (MVA) (expressivos 1.406%) e o menor crescimento foi, novamente, em Porto Seguro (MPS) que, mesmo a despeito da última colocação, aumentou 150%. Considerando as microrregiões em que estes dois municípios se localizam, o menor crescimento na MVA foi, tal como no IDHM, em Valença (177%) e o maior crescimento na MPS foi, tal como no IDHM, em Jucuruçu (992%).

Com relação à evolução do IDHM_E nos quatro municípios que vêm sendo destacados, tem-se que em Itabuna houve um crescimento neste índice entre os anos de 2010 e 1991 da ordem de 151% (repetindo a última posição em crescimento). Salienta-se que na MII, onde Itabuna localiza-se, o maior crescimento em igual período ocorreu no município de Mascote (1.090%).

No que tange a longevidade, o subíndice respectivo (IDHM_L) também indica evolução, com crescimento médio de 15% (entre 1991 e 2000), 16% (entre 2000 e 2010) e 33% (entre 1991 e 2010). O crescimento em patamares inferiores aos do IDHM_E se justifica pelo fato do IDHM_L ter níveis maiores que aqueles desde 1991.

Comparando os dados do IDHM_L de 2000 com aqueles de 1991, em todos os 70 municípios da MSB há crescimento. Comparando os dados de 2010 com 2000 em somente um município (Uruçuca na MII) há uma leve queda de 1% à medida que IDHM_L deste município cai de 0,715 (2000) para 0,710 (2010). Se analisarmos comparativamente os índices de 2010 (último calculado) com aqueles vigentes em 1991 (período em que a economia ainda se baseava na monocultura cacaueteira) há crescimento em todos os 70 municípios da MSB. Entre os referidos anos, o maior crescimento (54%) ocorre no município de Santa Luzia (MII) e o menor crescimento ocorre nos municípios de Uruçuca e Camamu, ambos com aumento de 12% entre 1991 e 2010. Desta forma a MII se destaca em ambos os

sentidos, tendo Santa Luzia com maior incremento e Uruçuca com menor incremento. Na MVA, onde a menor evolução (12%) ocorreu em Camamu, o maior destaque é Nilo Peçanha, onde o IDHM_L aumenta 49% de 1991 a 2010. Na MPS Itagimirim tem o maior incremento (50%), enquanto Ibirapuã e Santa Cruz Cabralia empatam em último lugar com um aumento de 16%. Considerando a evolução do IDHM_L, no município de Itabuna este subíndice aumenta 33%, em Ilhéus 22%, em Eunápolis 26% e em Teixeira de Freitas 25%.

Com relação ao IDHM_R os resultados são, também, satisfatórios, embora com algumas involuções. Comparando os resultados do ano 2000 com aqueles calculados para 1991, dos 70 municípios da MSB em quatro há uma leve retração: Guaratinga – MPS (-2%, de 0,491 para 0,483); Lajedão – MPS (-2%, de 0,601 para 0,587); Pirai do Norte – MVA (-4%, de 0,462 para 0,444); e Teolândia – MII (-2%, de 0,446 para 0,439). Em todos os outros 66 municípios há incremento no IDHM_R entre 1991 e 2000. Comparando os resultados do IDHM_R de 2010 com aqueles de 2000 há retrações em três municípios, sendo todos eles da MPS: Porto Seguro, (-13%, de 0,625 para 0,546); Santa Cruz Cabralia (-7%, de 0,607 para 0,566); e Teixeira de Freitas (-10%, de 0,629 para 0,566).

Ainda assim, se analisarmos comparativamente o IDHM_R de 2010 (último calculado) com aqueles vigentes em 1991 (período em que a economia ainda se baseava na monocultura cacaueteira) os resultados são excelentes. Somente em Teixeira de Freitas (MPS) há uma queda da ordem de 1% no IDHM_R de 0,571 (1991) para 0,566 em 2010. Nesta mesma MPS o maior aumento no IDHM_R no período aludido ocorreu no município de Prado (50%). Em toda a MSB, o maior incremento no IDHM_R em igual período ocorreu no município de Barro Preto (66%), na MII. Na referida microrregião o menor crescimento foi em Ubaitaba (12%). Na MVA o maior crescimento no IDHM_R entre 1991 e 2010 ocorreu em Presidente Tancredo Neves (60%) e o menor crescimento ocorreu em Valença (20%).

Quadro 6 – Crescimento médio do IDHM e de cada um de seus subíndices nos municípios da Mesorregião sul baiano no período 1991-2010

ÍNDICE / SUBÍNDICE	2000/1991	2010/2000	2010/1991
IDHM	48%	41%	109%
IDHM_E	155%	112%	448%
IDHM_L	15%	16%	33%
IDHM_R	14%	16%	33%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados em PNUD (2013)

Vale ressaltar, conforme apresentado no Quadro 6, que o crescimento médio do IDHM_R é praticamente igual àqueles encontrados no IDHM_L. Ainda que não tenham o desempenho expressivo do IDHM_E dão, cada um, sua contribuição à evolução do IDHM.

Agora, se de um lado o IDHM_E teve um crescimento destacado sob a ótica do crescimento percentual no período em análise, se utilizarmos a mesma classificação do IDHM para seus subíndices, o grande destaque é o IDHM_L. É o que apresenta o Quadro 7.

Quadro 7 – Distribuição dos municípios do sul da Bahia no IDHM e seus subíndices, conforme a classificação deste índice 1991 (a) e 2010 (b)

(a)	ÍNDICE / SUBÍNDICE	1991									
		Muito baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito alto	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
	IDHM	70	100%								
	IDHM_E	70	100%	-	-	-	-	-	-	-	-
	IDHM_L	3	4%	42	60%	25	36%	-	-	-	-
	IDHM_R	54	77,2%	15	21,4%	1	1,4%	-	-	-	-

(b)	ÍNDICE / SUBÍNDICE	2010									
		Muito baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito alto	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
	IDHM			41	59%	28	40%	1	1%		
	IDHM_E	49	70%	20	29%	1	1%	-	-	-	-
	IDHM_L	-	-	-	-	3	4%	58	83%	9	13%
	IDHM_R	-	-	38	54%	32	46%	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados em PNUD (2013).

É possível estabelecer algumas reflexões sobre a melhora no IDHM dos municípios em análise. No que tange a renda na MSB, sua evolução pós crise cacaueteira é analisada em Mira (2013) que demonstra o crescimento real no PIB dos municípios em análise no período 1999-2009 a partir de uma reconversão produtiva via setor terciário da economia. No que tange a Educação e a Longevidade, esta última diretamente resultante das condições de saúde, há, inegavelmente, um importante papel desempenhado pelo Estado, trazendo um componente nacional à análise.

A partir dos anos 1990 foram executadas, em nível nacional, ações no âmbito da educação e da saúde previstas na constituição de 1988. Santos Filho (2010, P. 52) destaca

...o fato de a própria Constituição Federal de 1988 criar, ou originalmente ou mediante emendas posteriores a sua promulgação, vinculações das receitas, obrigando aos entes públicos a aplicação de determinado percentual de recursos em áreas específicas com saúde e educação.

A assertiva de Santos Filho (2010) é corroborada por Moreira et. al. (p. 2):

...desde a promulgação da Constituição de 1988, várias garantias de bem-estar foram deliberadas, resguardando direitos aos cidadãos de forma a aumentar a qualidade ou melhorar as condições de vida. Na prática, essa política social se apóia em programas

que estão focados: na transferência direta de renda, na educação, na alimentação e na seguridade social dos desempregados, dos aposentados, dos incapazes.

O próprio Governo Federal Brasileiro se responsabiliza por determinados programas. É o caso, por exemplo, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Originado na década de 1940, foi “em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, que o direito à alimentação escolar para todos os alunos do Ensino Fundamental foi assegurado” (BRASIL, 2006, p. 2). Conhecido como “Merenda Escolar” o PNAE “...consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar” (IBIDEM).

Além de algumas responsabilidades legais inerentes aos governos federal e estadual na educação, a universalização da educação tem como principal estratégia a definição clara do papel dos municípios, inclusive no tocante aos seus recursos (SANTOS FILHO, 2010, p. 52).

No âmbito da Saúde, os avanços obtidos em todo o país estão diretamente relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS), instituído, a partir da Constituição de 1988, pela Lei 8.080 de 1990. O SUS está pautado em princípios doutrinários e organizacionais. Quanto aos princípios doutrinários tem-se: Universalidade – garantia de atendimento a qualquer cidadão em território nacional; Equidade – os serviços devem ser oferecidos em igualdade de condições para todos; Integralidade – deve-se contemplar desde a prevenção à cura, ou seja, a promoção, a proteção e a recuperação (BORGES, 2001). Os princípios organizacionais são: Regionalização e hierarquização – os serviços devem ser ofertados em níveis de complexidade crescente, voltados para sua região de atuação e seus respectivos habitantes; Participação popular – exercida pelos conselhos de saúde, principalmente, e pelas conferências de saúde; Descentralização – correspondente à distribuição de atribuições e poderes entre os três níveis, federal, estadual e municipal (IBIDEM).

Ainda que os serviços ofertados pelo SUS tenham sido objetos de severas críticas, é inegável que o referido sistema mudou o cenário da saúde no país para aqueles que não podem recorrer à saúde suplementar.

Além deste importante papel do Estado na Educação e na Saúde, com forte influência, respectivamente, no IDHM_E e IDHM_L, há de se considerar que a terciarização da economia do sul da Bahia tem refletido no desenvolvimento dos segmentos econômicos saúde e educação como verdadeiros vetores de desenvolvimento, especialmente na MII. São inúmeras as organizações econômicas destes dois segmentos.

Ainda sobre o componente nacional, há de se destacar os avanços econômicos e sociais que ocorreram no Brasil nas décadas de 1990 e 2000, em especial a estabilidade de preços com o fim da hiperinflação e a ascensão de camadas mais pobres da população à classe média, e as políticas fiscal e de renda que vem sendo empreendidas com importantes efeitos positivos em todo o país, especialmente no Nordeste, região em que se localiza a Bahia. De fato o país mudou muito – e para melhor – no período analisado.

Desta forma, a partir da sinergia de componentes nacionais e da reestruturação produtiva regional, o sul da Bahia conseguiu evoluir em termos de IDHM para condições não alcançadas sob a égide da monocultura cacaueteira.

5. CONCLUSÃO

O sul da Bahia viveu um dos seus maiores pontos de inflexão com a crise da cacauicultura em fins dos anos 1980. Com o status de monocultura, a produção de cacau conformou as instituições e, conseqüentemente, a sociedade regional. Mas os altos níveis de renda e emprego não legaram altos níveis de desenvolvimento. A literatura sobre o assunto é unânime neste sentido.

Os dados do IDHM aqui apresentados comprovam objetivamente o cenário traçado. Como se verificou no IDHM dos municípios da MSB em 1991. Todos os seus municípios no aludido ano estavam classificados como Desenvolvimento Humano “Muito Baixo”!

Vê-se que uma região que à época era sabidamente uma das mais ricas não reverteu este contexto em melhores condições de vida para sua população de forma generalizada.

Curiosamente, no período pós-crise do cacau o sul da Bahia tem ganhos substanciais em termos de Desenvolvimento sob a ótica do IDHM. É fato que políticas públicas respondem por um importante componente nesta mudança. Mas há, também, possibilidade de que o modelo de reestruturação produtiva mediante a crise cacaueteira a partir da terciarização da economia pode representar um outro componente importante. O que pode ser verificado em pesquisa posterior, posto que não compreende objeto desta pesquisa.

Assim, os municípios da outrora “pobre região rica” têm evoluído em termos de Desenvolvimento fora da trajetória cacaueteira que, enquanto pôde, não o fez.

6. REFERÊNCIAS

ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia**: chão de cacau. Uma civilização regional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ASMAR, S. R. **Economia da microrregião cacaueira**. Itabuna: Colorgraf, 1985.

BORGES, M. A. S. F. **A Enfermeira na Municipalização da Saúde: um caminho sem volta**. 2001. Dissertação de Mestrado (Curso de Mestrado em Saúde Coletiva – Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. 2001

BRASIL. **Merenda Escolar. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Presidência da República. Controladoria Geral da União. 2006. Disponível em http://www.portalttransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf acesso em 30 jul 2014

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Nota Técnica** (Abril/2009). Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/not_notatecnica20042009.pdf. Acesso em: 26 jul. 2014.

CHIAPETTI, J; KAHIL, S. P. . Dinâmica do território: crescimento econômico x desenvolvimento. In: 1º Simpósio de pós-graduação de geografia do estado de São Paulo SIMPGEO, SP; VIII Seminário de pós-graduação em geografia da UNESP Rio Claro, 2008

COSTA, F. M. **Políticas Públicas e Atores Sociais na Evolução da Cacaucultura Baiana**. 2012. 242 f. Tese de Doutorado. (Curso de Doutorado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro. 2012.

COSTA, F. M. **Reestruturação da Economia Cacaueira do Sul da Bahia pela adoção de novas tecnologias**. 2002. Dissertação de Mestrado. (Curso de Mestrado em Economia – Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2002.

ESTIVAL, K. G. S. **Construção social do mercado de qualidade do cacau no Brasil**. Tese de Doutorado. (Curso de Doutorado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro. 2013.

FREITAS, A. F. G. de. **Os donos dos frutos de ouro**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 1979.

MARTINS, J. C. **A organização do poder estatal e o desenvolvimento econômico: a hipótese da descentralização diante da experiência brasileira**. 2010. Dissertação de Mestrado. (Curso de Mestrado em Direito – Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2010.

MIRA, E. C. **Mudança institucional e reconversão produtiva no sul da Bahia**. 180 f. Tese de Doutorado. (Curso de Doutorado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro. 2013.

MIRA, E. C. **O desenvolvimento econômico além do *mainstream*: institucionalismo e outras perspectivas**. In: 2ª Conferência do Desenvolvimento CODE/IPEA 2011, 2011, Brasília. 2ª Conferência do Desenvolvimento, 2011.

MOREIRA, A. R.C.F. ; et al. **Políticas e programas de combate à pobreza e desenvolvimento de capacidades humanas:** uma análise comparativa dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. In: III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano, 2010, Porto Alegre. III ALCADECA - III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre a Abordagem das Capacitações e do Desenvolvimento Humano Promovendo Agência, Empoderamento e Democracia. Porto Alegre: PUCRS, 2010.

NASCIMENTO, D. M. C; DOMINGUEZ, J. M. L.; SILVA, S. B. de M. Mudanças na Ocupação Econômica do Litoral Sul da Bahia: os exemplos de Belmonte e Canavieiras, Bahia. **Revista Desenhahia**, v. 5, p. 7-28, 2009.

NOIA, A.C. **A construção do desenvolvimento local no município de Ilhéus-Ba:** uma análise das alternativas de desenvolvimento geradas após a crise da monocultura do cacau. Tese de Doutorado. (Curso de Doutorado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro. 2011.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br> capturado em 28 jul. 14

ROCHA, L. B. **A região cacaueira da Bahia – dos coronéis à vassoura de bruxa:** saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

RODRIGUES, K.G.; VITTE, C. C. S. . A produção do espaço no município de Itabuna: Expansão e transformação urbana após a crise do cacau. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças.** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010. v. 1. p. 1-11.

SANTANA, A. F. de. **Uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como vetor de fomento para a agricultura familiar no município de Ilhéus-BA: o caso da COOFASULBA.** 312 f. Tese de Doutorado. (Curso de Doutorado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro. 2013.

SANTOS FILHO, M. R. dos. **Desenvolvimento humano dos municípios baianos: uma avaliação a partir de indicadores sociais e das demonstrações contábeis.** 174 f. Dissertação de Mestrado. (Curso de Mestrado em Contabilidade – Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2010.

SANTOS, R. P. da S. **Patrones actitudinales de los gestores del turismo en Ilhéus (Brasil).** 426f. Tese. (Doutorado). Facultad de Historia y Geografía Departamento de Prehistoria, Antropología e Historia Antigua. Espanha: Universidad de La Laguna, 2010.

SILVA, R. da S. **A crise da cacauicultura baiana e a busca de um novo paradigma no período 1987 a 1996.** 1997. 58 f. Monografia de Graduação. (Curso de Ciências Econômicas. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 1997.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005